

Estudos do campo discursivo na contemporaneidade

Estudios contemporáneos en el ámbito del discurso

**Rodrigo Acosta Pereira
Maria Alexandra A. Guedes Pinto
María Cristina Arancibia Aguilera
Organizadores**

SUMÁRIO

ESTUDOS DISCURSIVOS CONTEMPORÂNEOS	11
Maria Alexandra A. Guedes Pinto	
María Cristina Arancibia Aguilera	
Rodrigo Acosta Pereira	
RESSIGNIFICAÇÃO E REVASCULARIZAÇÃO	21
DISCURSIVAS EM CONTEXTO DIGITAL: ESPAÇOS DE	
RESISTÊNCIA E DE INSURREIÇÃO	
Roberto Leiser Baronas	
AS ENUNCIÇÕES EXPÕEM OS SUJEITOS, SUA	41
LÍNGUA, SEUS DISCURSOS, AÍ INCLUÍDO O	
PESQUISADOR	
Beth Brait	
A FILOSOFIA BAKHTINIANA DE LINGUAGEM E A	71
PERTINÊNCIA DA VERBIVOCOVISUALIDADE	
Luciane de Paula	
José Antonio Rodrigues Luciano	
O <i>CLUBE DOS CARIMBADORES</i> NO DISPOSITIVO	127
CRÔNICO DA AIDS DO BRASIL: UMA LEITURA	
NEOMATERIALISTA PARA OS ESTUDOS DO DISCURSO	
Atilio Butturi Junior	
POR UMA CONCEPÇÃO <i>DIALÓGICA</i> DE DISCURSO E	155
DE SUJEITO	
Adriana Delmira Mendes Polato	
Maria Ligia Freire Guilherme	
Rodrigo Acosta Pereira	

DISCURSO, SENTIDO, INTERPRETAÇÃO. A CONTEMPORANEIDADE EM DIFERENÇAS SIGNIFICANTES Suzy Lagazzi	193
OS ESTUDOS DO DISCURSO E DO ENSINO E APRENDIZAGEM DA LEITURA: CONVERGÊNCIAS DE PESQUISAS NA ÁREA DA LINGUÍSTICA APLICADA Rosângela Hammes Rodrigues	213
O <i>SUJEITO</i> NA ABORDAGEM DIALÓGICA DE DISCURSO Luana de Araújo Huff Rodrigo Acosta Pereira	249
A PERSPETIVA SOCIOCOGNITIVA E CRÍTICA DOS ESTUDOS DISCURSIVOS NA CONTEMPORANEIDADE: SINERGIAS, APLICAÇÕES E DESAFIOS Augusto Soares da Silva	281
OBJETIVAR O DISCURSO? MODOS E ESTRATÉGIAS DE APAGAMENTO ENUNCIATIVO Maria Aldina Marques	331
UNIDADE E DIVERSIDADE EM ANÁLISE DO DISCURSO Maria Alexandra Guedes Pinto	367
DISCURSO(S), INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL E DESENVOLVIMENTO HUMANO Antónia Coutinho	395
ADIESTRARNOS EN LA DUDA DESDE LA EXPERIENCIA EN LOS ESTUDIOS CRÍTICOS DEL DISCURSO Claudio Araya Seguel	433

LAS REPRESENTACIONES DE LA MATERNIDAD Y LA IDENTIDAD MATERNA: UN ESTUDIO CRÍTICO DEL DISCURSO EN UN GRUPO DE MADRES CHILENAS PERTENECIENTES A TRES GRUPOS SOCIOECONÓMICOS Consuelo Gajardo Moller	457
ESTUDIOS DEL DISCURSO Y PRÁCTICAS DE MINORIZACIÓN: EL ENFOQUE CRÍTICO COMO PRÁCTICA DOCENTE E INVESTIGATIVA Carolina Pérez-Arredondo	495
ESTUDIAR EL DISCURSO DE LOS MOVIMIENTOS SOCIALES CONTEMPORÁNEOS: UN ENFOQUE SOCIOCOGNITIVO CRÍTICO Camila Cárdenas-Neira	521
ANÁLISIS DEL DISCURSO Y MEDIATIZACIÓN DE TRES ACONTECIMIENTOS EN EL MARCO DEL CONFLICTO CHILENO-MAPUCHE Pablo Segovia Lacoste	553
LOS ESTUDIOS DEL DISCURSO EN AMÉRICA LATINA: PASADO Y PRESENTE María Cristina Arancibia Aguilera María Teresa Oteíza	581
BIODATAS	621

OBJETIVAR O DISCURSO? MODOS E ESTRATÉGIAS DE APAGAMENTO ENUNCIATIVO

Maria Aldina Marques¹

Introdução

A problemática da enunciação, e por consequência dos modos de presença das vozes no discurso, é central na análise dos funcionamentos discursivos. Pretendo analisar em particular o Apagamento Enunciativo (a partir de agora AE) como noção fundamental para a descrição e explicação da construção das vozes do discurso. Cabe aqui uma pequena explicação sobre as *vozes do discurso*. Neste particular, tal como o faz Vion (2004: 106; 2005: 35), englobo nesta designação, a voz do locutor, do alocutário e de outras vozes reais ou fictícias, que o locutor traz para o discurso e constituem uma *mise-en-scène* enunciativa.² *Voices do discurso* é, pois, uma designação genérica, que não dispensa, em contextos específicos de discussão teórica e análise, outras designações como as de locutor, enunciador ou PDV.

¹ CEHUM-Universidade do Minho – Portugal. Trabalho financiado por fundos nacionais através da FCT – Fundação para a Ciência e a Tecnologia, I.P., no âmbito do projeto UIDB/00305/2020 <https://doi.org/10.54499/UIDB/00305/2020>.

² Rabatel (2012 :12) usa o termo numa aceção mais restritiva : « Les seules voix sont celles qu'on peut ramener à un locuteur effectif, réel. En dehors de cela, on n'est pas face à des voix auxquelles on peut demander des explications, des comptes, on est devant des voix représentées, parfois devant des méta représentations cognitives qui ne sont pas des voix, mais des positions énonciatives ou des PDV, c'est-à-dire devant des simulacres de locuteurs, qui ne sont que le pendant de cet autre simulacre qu'est l'effacement énonciatif... ». Brès (2017 : §17), no entanto, aproxima-se da posição de Vion: « Sans abandonner la notion de *voix* pour ce qu'elle implique de corporalité et de discursivité, nous retravaillons le dialogisme comme *pluralité de voix* dans un sens énonciatif ».

São objetivos deste trabalho apresentar as questões teóricas centrais relativas à noção de *apagamento enunciativo* e mostrar o seu contributo para a construção global do discurso. Em particular, pretende-se relacionar modos de presença do locutor, responsabilidade enunciativa e géneros de discurso, a fim de dar conta dos efeitos pragmáticos dos dispositivos de apagamento enunciativo. Orientam esta abordagem, algumas questões relativas à inter-relação do apagamento enunciativo com os modos de presença do locutor e das vozes que traz para o discurso; à observabilidade desse processo no discurso (marcas de apagamento enunciativo) e aos modos de presença em função do género discursivo. O recurso a documentos autênticos, oriundos do discurso político, do discurso jornalístico e do discurso científico permite exemplificar alguns funcionamentos discursivos, nesta matéria.

Vozes do discurso. Apagamento enunciativo, responsabilidade e género discursivo. Estado da questão

A problemática aqui considerada enquadra-se numa tradição de análise que tem teorizado o lugar do locutor no discurso, segundo abordagens teóricas diversas, mas com convergências muito importantes, desde a perspectiva enunciativa, estrita, à perspectiva dialógica. Como Rabatel & Chauvin-Villeno (2006: 7) referem, o quadro teórico em que desenvolvemos o presente trabalho é o de uma linguística dos discursos, que “s’attache à explorer les dimensions dialogiques foncières du discours”.

Abordo a questão das vozes do discurso e do seu apagamento (enunciativo) a partir de alguns pressupostos teóricos que passo a sintetizar. Em primeiro lugar, os discursos *são práticas sociais de natureza linguística*. Daí a opção pelos discursos, tomados como objetos empíricos, heterogêneos e social-cognitiva e linguisticamente situados. A construção dos sentidos do discurso é um processo dinâmico, negociado pelos participantes na relação discursiva. Por isso, o dialogismo constitui-se como dimensão central na construção dos discursos, sendo fundamental considerar

que os processos de construção discursiva estão de algum modo marcados nesses discursos. Mais ainda, os discursos caracterizam-se pela *opacidade* da linguagem, e considerar a enunciação é assumir essa opacidade. Finalmente, o *gênero discursivo*, como princípio categorizador dos discursos, está dotado de um forte valor heurístico, que permite, como afirma (Brès, 2009), «... penser concrètement l'articulation langue-discours», para além das consequências metodológicas ao nível da própria constituição dos *corpora* de análise.

Na discussão do tema, irei apoiar-me, diretamente, nos trabalhos recentes publicados por Adam & Lugin (2006), Brès (2017), Fonseca (1992), Kerbrat-Orecchioni (1980), Moirand (2000), Philippe (2002), Rabatel (2003, 2004a; 2004b; 2004c) e Vion (2001, 2004, 2007), e, também e necessariamente, em Bakhtine (1977, 1978), Benveniste (1966, 1974), Ducrot (1984, 1989). A questão na origem desta problemática remete para a possibilidade de apagar o locutor do seu discurso, como estratégia discursiva.

Tomando como ponto de partida os textos de Benveniste (1966, 1970, 1974) (um pouco arbitrariamente, dado que Charles Bally não pode ser esquecido, desde logo na distinção que estabelece entre *dictum* e *modus*), pode afirmar-se que a questão do apagamento enunciativo acompanha a atenção prestada à construção da enunciação e, portanto, à presença do locutor no seu discurso – entendida como subjetividade – ainda que com formulações teóricas e metodológicas muito diversas.

Nos textos de Benveniste, a questão coloca-se, de forma indireta, ao nível dos registos da enunciação, com a categorização em *discurso* e *história* (Benveniste, 1966), segundo uma dicotomia central, e por isso redutora, ligada aos planos de enunciação pessoal ou não pessoal, isto é, planos de enunciação embraiado (com deíticos) e desembraiado (sem deíticos), como Maingueneau (2015) prefere considerar.³ É uma categorização definida, portanto,

³ «... les successeurs de Benveniste ont élargi sa problématique à l'ensemble des énoncés, en considérant que les textes narratifs de ce type ne sont qu'un cas

por critérios estabelecidos a partir dos parâmetros da enunciação, de pessoa, tempo e espaço. A distinção entre história e discurso vai recortar assim esta outra dicotomia, a oposição *objetividade – subjetividade*, tal como é abordada nestes estudos.⁴ É uma perspectiva dicotómica, mais, talvez, em alguns dos seus continuadores do que na perspectiva inicial benvenistiana⁵. Mas baseia-se, e esta é uma das maiores críticas feitas a esta conceção teórica, em categorias homogéneas, que não atendem à variabilidade e ao *continuum* dos funcionamentos linguístico-discursivos, como virá a sublinhar, entre outros, Rabatel (2006).

A reanálise da oposição subjetividade - objetividade mostra a impossibilidade da objetividade total em favor de uma subjetividade generalizada, que é constitutiva dos discursos e, portanto, da língua, e leva à recategorização dos discursos como tendencialmente *subjetivantes* ou tendencialmente *objetivantes*.⁶ As marcas e efeitos discursivos dessa subjetividade generalizada

particulier d'un phénomène beaucoup plus général: la possibilité qu'a le locuteur de produire des énoncés qui ne contiennent pas de déictiques, de marques renvoyant à la situation d'énonciation. (...). On voit aisément qu'il y a là un risque d'équivoque puisque «histoire» peut alors référer à des textes non narratifs. Pour la clarté, il vaut mieux parler de plan embrayé (= discours) et de plan non-embrayé (= textes sans déictiques). (Maingueneau, 2015: 124).

⁴ « Personne ne parle ici ; les évènements semblent se raconter eux-mêmes. » (Benveniste, 1966: 241)

⁵ É nos textos de 1966 que essas orientações são mais evidentes: « Dans la pratique, on passe de l'un à l'autre instantanément » (Benveniste, 1966: 242); « L'énonciation historique et celle du discours peuvent se conjoindre en un troisième type d'énonciation, où le discours est rapporté en termes d'événements et transposé sur le plan historique » (p. 242).

Também Arrivé (1997: §4) comenta e clarifica esta questão : « On le voit : si la coupure théorique entre les deux concepts d'*histoire* et de *discours* est totale, elle n'a pas pour conséquence la constitution de deux types de textes étanches. Le passage constant entre les deux registres est un caractère dominant du langage ».

⁶ Não é o primeiro autor a refletir sobre a questão. Adam, por exemplo, na primeira edição de *La linguistique textuelle* (1999), contesta a perspectiva dicotómica dos planos de enunciação, distinguindo antes uma tonalidade enunciativa de conjunto que decorre de uma ancoragem enunciativa global, com alternâncias constantes de planos de enunciação.

estendem-se à globalidade da construção discursiva, como Rabatel, especifica:

La langue porte partout des traces de subjectivité, dans la façon de concevoir, nommer les référents, de les qualifier, quantifier, de modaliser, d'organiser les prédications, de choisir tel ou tel plan d'énonciation, etc. Le marquage de la subjectivité déborde les marques lexicales, sur lesquelles Kerbrat-Orecchioni, 1980, met l'accent, et s'ouvre à l'organisation des discours, avec des faisceaux de marques ou d'indices cooccurrents. » Rabatel (2013: 35)

Foi, sobretudo, a presença explícita do locutor no discurso que concentrou – e ainda concentra - a atenção dos investigadores, na determinação e análise do modo como o *aparelho formal da enunciação*⁷ se materializa nos discursos, isto é, a enunciação estrita, os *factos enunciativos* referidos Kerbrat-Orecchioni (1980: 29), enquanto conjunto de factos observáveis, marcas da presença do locutor no discurso.

Mas é preciso salientar que Kerbrat-Orecchioni, já no texto de 1980, que se constituiu como um dos pilares da investigação sobre a subjetividade, isto é, da presença do locutor no seu discurso, como “sujeito”⁸, não deixa de chamar a atenção para um outro modo de presença do locutor no seu discurso, que identificamos agora com o *apagamento enunciativo*.

É verdade que a categorização em *história* e *discurso*, proposta por Benveniste em 1966, e que acabei de referir, dá conta dessa ausência do locutor, mas é Kerbrat-Orecchioni que aponta esse

⁷ Para Rabatel (2005: 115), o aparelho formal da enunciação constitui, em si, uma redução das possibilidades de análise da subjetividade: “Abattons d'emblée notre jeu : nous défendons des thèses, qui, sur bien des points, se séparent de Benveniste, dont les travaux sur l'appareil formel de l'énonciation ont fermé des pistes que Benveniste avait lui-même commencé à explorer, notamment celles qui concernent l'expression multiforme de la subjectivité indépendamment de l'appareil formel d'énonciation.»

⁸ La « subjectivité » dont nous traitons ici est la capacité du locuteur à se poser comme « sujet ». (Benveniste, 1966).

apagamento como um *simulacro*, uma definição que vai ter efeitos teóricos assinaláveis (o termo vai mesmo ser retomado na definição do conceito de apagamento enunciativo): “Tel est le privilège somme toute exorbitant du sujet d’énonciation : il a le droit (qu’heureusement l’allocutaire peut à chaque instant lui contester), en effaçant le lien qui relie à sa propre subjectivité la proposition assertée, de « *faire comme si* » c’était la vérité vraie qui parlait par sa bouche.” (Kerbrat-Orecchioni, 1980: 152).

Como é notório neste excerto, Kerbrat-Orecchioni põe o enfoque nos efeitos pragmáticos do apagamento da subjetividade do locutor, um *efeito de objetividade*, que Guilbert (2015) retoma como *efeito de evidência*⁹ (de verdade), o qual opera a *naturalização*¹⁰ do objeto discursivo, como se os discursos pudessem falar do mundo sem passarem pelo olhar do locutor. A simulação é, como acabei de dizer, o ponto nuclear da *teoria do apagamento enunciativo* - chamemos-lhe assim -, que está presente nos textos de autores como Charaudeau (1992)¹¹, mas que só nos últimos 15-20 anos teve um desenvolvimento teórico sistemático.

É com a teoria polifónica da enunciação, elaborada por Ducrot a partir de 1980 e desenvolvida nos textos de 1984 e 1989, em particular, que a questão das vozes do discurso e dos seus modos de presença nesse mesmo discurso se coloca e consolida, para além da afirmação da alteridade da linguagem, já discutida por Benveniste.

⁹ « L’évidence discursive est l’une des formes de l’autorité discursive en ce qu’elle s’appuie implicitement sur des sources indiscutables comme le « cela va de soi », la *doxa* ou la réalité. [...] l’évidence discursive, ou l’évidence dans et par le discours, est d’une grande efficacité persuasive et semble être l’un des ressorts de l’argumentation dans la presse, et plus spécialement dans les éditoriaux. ». (Guilbert, 2015: 85).

¹⁰ O efeito de naturalização, releva da „ordem das coisas“, decorre da objetivação do discurso, como se : «...[I]es discours objectivés (...) parleraient directement du monde sans passer par l’intermédiaire d’un quelconque énonciateur.» (Rabatel, 2004b.)

¹¹ Afirma o autor que „...le „jeu“ que joue le sujet parlant comme s’il lui était possible de ne pas avoir de *point de vue*, de disparaître complètement de l’acte d’énonciation et de laisser parler le discours par lui-même.“ (Charaudeau, 1992: 650).

Os textos do círculo de Bakhtine (traduzidos, por essa altura, na Europa, e em França em particular) são por um lado uma influência forte na teoria da *polifonia* e, por outro, estão na origem de um desenvolvimento teórico em vários pontos divergente da proposta ducrotiana, e que assenta no conceito de *dialogismo*, isto é, no facto de que todos os discursos reenviam a outros discursos, numa cadeia verbal infinda, a que Bakhtine (1984: 258) se refere, metafórica e dialogicamente, dizendo que “nunca nenhum discurso quebrou o silêncio do universo”, ou ainda que “a palavra não é adâmica”.¹² Tal *dialogismo* mostra-se de formas diversas nos discursos, considerados como entidades empíricas. A distinção feita por Authier-Revuz (1982 e 1984), entre os processos de constituição do discurso (a heterogeneidade constitutiva) e os processos de representação da sua constituição no discurso (heterogeneidade mostrada), permite a categorização do dialogismo como dialogismo constitutivo e dialogismo mostrado.

Ora, a integração dos discursos num género (e tipo) discursivo(s) é uma estratégia de abordagem que obriga a considerar, desde o início, o discurso e essa dimensão dialógica que o constitui. Ao contrário de Ducrot, que limita a análise da polifonia ao enunciado isolado, prevendo, por isso, a possibilidade de um enunciado ser não polifónico, o dialogismo constitutivo instaura os *outros* no discurso, como condição mesma do próprio discurso,

¹² Num pequeno excuro, e recorrendo a este mesmo universo religioso aqui convocado, poderia dizer-se que a palavra não é adâmica, pois no relato bíblico a palavra é divina. De facto, o silêncio do universo é quebrado por Deus, num uso inicial, pragmático, de pura *performatividade* da linguagem, relatado no livro do *Génesis*, de que tomo o excerto «E Deus disse: «Faça-se a luz.» E a luz foi feita.» (*Génesis*, capítulo 1, versículo 3). Note-se, a propósito, as marcas da presença e do apagamento das vozes do discurso em relação com os valores ilocutórios ativados. Se a dimensão pragmática da linguagem é divina, parece ser humana a dimensão semântica da palavra, na tarefa inicial de designar, de dar nome aos animais, também no mesmo livro do *Génesis*. Seja-me permitido sublinhar que, independentemente de qualquer crença, não é possível negar o simbolismo linguístico desta narrativa.

aproximando-se, ainda que num quadro diverso, do princípio da alteridade da enunciação, defendida por Benveniste.

Mas a inventariação e a análise das marcas de dialogismo mostrado têm-se sobreposto, por vezes, a uma visão de conjunto que deve ter como núcleo o dialogismo constitutivo. E de facto essa é uma perspectiva que pode ser redutora, na limitação à identificação das marcas de dialogismo, por atenção exclusiva ao cotexto linguístico imediato.

Por outro lado, a atenção às marcas dialógicas permite caracterizar a presença do locutor e das vozes que traz para o discurso segundo um eixo de gradação, isto é, como saliências diversas que matizam a oposição entre discursos objetivos e subjetivos, segundo um *continuum* de categorias.

O apagamento enunciativo (do nível micro ao nível macrodiscursivo)

No que concerne, especificamente, ao *apagamento enunciativo*, importa considerar a questão tendo em conta, exatamente, os modos de *presença* do locutor e *das vozes que convoca*. O *apagamento enunciativo* simula um vazio que na verdade é duplamente preenchido.

Tomo como ponto de partida, a diversidade dessas presenças na superfície discursiva, mais ou menos salientes, ao serviço de objetivos discursivos distintos e, particularmente, ao serviço da relação que o locutor com elas estabelece, em função, claro, de toda a dimensão contextual que conforma a construção discursiva.

Uma das primeiras questões a considerar é terminológica, não como fim em si, mas pela implicação que tem na compreensão do quadro teórico, e em particular, na definição dos conceitos. No caso vertente, são os termos de *apagamento enunciativo* e de *desinscrição enunciativa* que estão em causa.

Tomo como referência para discussão da problemática do *apagamento enunciativo* dois contributos, o de Vion (desde logo, o texto de 2001, mas também 2004 e 2007) e o de Rabatel (2004a, 2004b

e 2004c), em textos que não são os únicos em que os autores abordam a questão, mas antes aqueles que considero serem mais relevantes para traçar uma síntese desta problemática. Ambos abordam o tema a partir dos discursos, ou seja, a partir dos efeitos pragmáticos que o uso de mecanismos de apagamento enunciativo provoca.¹³ Vion parte da afirmação da impossibilidade de apagamento enunciativo do locutor, que aponta como sendo, provavelmente, o contributo mais importante das teorias enunciativas « ...tout énoncé est un événement nécessitant un locuteur qui, quelle que soit la stratégie mise en œuvre, est inévitablement présent DANS son message (et pas seulement PAR son message).” (Vion, 2004: 99). É, assim, a propósito da “ilusão descritiva” da língua, apontada por Ducrot, e no quadro de uma abordagem enunciativa dos discursos, que Vion vai usar, unicamente, o termo *apagamento enunciativo*, para referir a simulação de uma função puramente descritiva da linguagem que « se contenterait de constater et de relater les dispositions d’un monde tel qu’il serait sans l’intervention d’un sujet parlant » (Vion, 2001: 334), de que seriam modelo, nomeadamente, o discurso teórico e o discurso científico. Por isso, define o *apagamento enunciativo* em função do conceito de *subjetividade*, sublinhando que «... l’effacement énonciatif ne constitue que l’une des stratégies énonciatives d’un locuteur qui, même avec des discours impersonnels, descriptifs ou “objectivés”, produit des énoncés subjectifs.» (Vion, 2007: 210). Num texto de (2004), estende este processo discursivo às categorias de *dictum* e *modus*: „Si l’effacement énonciatif est relativement fréquent pour verbaliser le dictum, rien ne s’oppose à ce que la réaction modale du sujet vis-à-vis de ce dictum procède, elle aussi, de l’effacement énonciatif.,” (Vion, 2004 : 98).

¹³ Estes autores, e outros, encontram na problemática do discurso relatado uma área fundamental de análise das estratégias de apagamento enunciativo. A revista *Langages* 156, editada por Rabatel, concentra esta convergência de interesses.

Enquanto estratégia discursiva, o AE visa, por um lado, o apagamento das marcas indiciais da presença do locutor na superfície discursiva (“L’effacement énonciatif concerne donc le seul « gommage » des déictiques personnels marquant explicitement la présence du locuteur en tant que sujet parlant”). (Vion, 2004: 100)). Por outro lado, é um dos processos possíveis de objetivação do discurso que pode coexistir com graus variáveis de subjetividade, dada a possibilidade de coocorrência com outras categorias deícticas (espaço e tempo) e outras marcas de subjetividade, mais difusas, ligadas a implícitos e orientações argumentativas, em particular.

Quanto a Rabatel, este é um dos investigadores que mais tem contribuído para o aprofundamento desta discussão teórica. Retomando a questão do simulacro, o *apagamento enunciativo* é para este autor « l’effacement de l’énonciateur (mais non du locuteur...)» (Rabatel, 2004a: 4). A distinção estabelecida por Ducrot entre locutor e enunciador, retomada e repensada teoricamente por Rabatel (2004a: 6) subjaz à sua conceção dos modos de apagamento enunciativo. Neste enquadramento, o conceito de PDV é fulcral.¹⁴ O AE é uma questão que o autor aborda *na relação* com outros processos discursivos em inter-relação com a organização enunciativa, em particular a referenciação, porque na sua opinião é aí que o AE se manifesta: «... [il] est sensible à travers la référénciation, il repose sur les *marques qui favorisent le surgissement de l’objet* (du discours) indépendamment du locuteur.» (Rabatel, 2004b: §7) (itálico meu).¹⁵ Considerado, finalmente, um processo

¹⁴ Rabatel retoma a questão do PDV (as maiúsculas assinalam a especificidade da proposta de Rabatel) em vários dos seus trabalhos. Em Rabatel (2019 : 170) sublinha novamente: “Pour ma part, je définis comme point de vue (PDV), en linguistique, tout énoncé qui prédique des informations sur n’importe quel objet du discours, en donnant non seulement des renseignements sur l’objet (relatifs à sa dénotation), mais aussi sur la façon dont l’énonciateur envisage l’objet, exprimant ainsi un PDV. »

¹⁵ Na relação com o processo de referenciação, o apagamento enunciativo é um processo discursivo fundamental para a construção da dimensão argumentativa do discurso (Amossy, 2000).

gradativo, o AE não se restringe ao apagamento de categorias deícticas e inclui também o apagamento de outras marcas de subjetividade; o primeiro processo é, de algum modo, marginal relativamente ao segundo, na objetivação por AE de um determinado discurso¹⁶:

Relèvent de l'EE les énoncés désembrayés (énonciation historique et théorique), à la condition que les repérages anaphoriques s'accompagnent du moins de marques de subjectivité possible, afin que *la référénciation des objets de discours paraisse quasiment indépendante de la situation d'énonciation du locuteur comme de sa subjectivité*; néanmoins, si ces énoncés désembrayés s'accompagnent de nombreux *subjectivèmes*, ils ne sont que marginalement concernés par l'EE. Rabatel, 2004a:4 (itálico meu)

É por isso que, a par do conceito de AE¹⁷, Rabatel introduz o de *desinscrição enunciativa*, que retoma de G. Philippe (2002: 31), mas vai enquadrar na sua própria teorização, (especificamente em 2003, 2004a e 2004b). Em particular, o conceito é introduzido por Rabatel a propósito do discurso relatado, em 2003, para individualizar aí situações de apagamento de marcas deícticas.¹⁸ Mas é alargado, nos

¹⁶ Para Monte (2005: 41), ao fazer a revisão da revista *Langages*, 156, sobressai a importância teórica do conceito de apagamento enunciativo para a reanálise da subjetividade na linguagem: « Le concept d'effacement énonciatif permet de subsumer un ensemble de phénomènes qui ressortissent à une implication de la présence du locuteur et de poser autrement la question de la « subjectivité dans le langage ». »

¹⁷ Se a ausência de marcas deícticas apaga o locutor da superfície discursiva, é em função do enunciador, ou melhor, dos enunciadores, que o apagamento enunciativo deve ser analisado e explicado: « Or c'est précisément la possibilité pour le sujet (sujet de l'énonciation) de se penser comme sujet (modal) indépendamment de l'acte externe d'énonciation (de locution) qu'il s'agit d'examiner. Autrement dit, il s'agit d'analyser la subjectivité du locuteur, hors énonciation personnelle, ou encore celle d'énonciateurs internes aux énoncés du locuteur, qui ne sont pas des locuteurs de discours rapportés ». (Rabatel, 2005 : 118).

¹⁸ Como o autor refere « le locuteur citant représente un énoncé du locuteur cité en effaçant son dire, ou en limitant ce dernier à des îlots textuels, ou encore en effaçant certaines marques de rapport. » (Rabatel, 2003:1).

dois últimos textos, a situações específicas de apagamento enunciativo em relação com o plano de enunciação pessoal:

si un plan d'énonciation personnelle ne relève *a priori* pas de l'EE, en revanche, s'il comporte peu de subjectivèmes, et que le *je* et/ou le présent valent pour tout le monde et/ou pour toujours, alors l'énonciation personnelle tend vers l'EE, du fait de cette désinscription énonciative. *Les énoncés relevant de l'EE sont donc, en second lieu, ceux qui relèvent de cette désinscription énonciative.*

Rabatel, 2004b: §13 (itálico meu)

Em contraste com a posição assumida de Vion que põe o apagamento da dêixis pessoal no centro da questão, há, nesta proposta de Rabatel, uma inversão quanto ao sentido nuclear, central, de *apagamento enunciativo*. *Desinscrição enunciativa* designa, nesta proposta, uma forma mínima de apagamento enunciativo (2003: 43), ou apagamento *lato sensu*, face a um apagamento *stricto sensu*, que implicaria idealmente, como sublinha Rabatel, o apagamento do enunciador, esbatendo as marcas de modalização (e, portanto, de dialogismo): “L'EE apparaît ainsi comme un *phénomène graduel*, minimal avec le phénomène de désinscription énonciative, maximal avec les plans d'énonciation non embrayés (historique et théorique) «objectivants».” (Rabatel, 2004a: 4). Contudo, nos textos posteriores, nomeadamente Rabatel (2005, 2006, 2012), só o termo *apagamento enunciativo* ocorre, ainda que os dois modos de *apagamento enunciativo* continuem a ser considerados. *Desinscrição enunciativa* é um termo que, de algum modo, parece perder importância na discussão teórica, centrada unicamente sobre o termo englobante *apagamento enunciativo*.

Considero, todavia, que é um termo a preservar, enquanto categoriza o apagamento da atualização dêitica, que de outra forma se diluiria no processo global do apagamento enunciativo, ainda que com efeitos pragmáticos heterogêneos.¹⁹ De facto, mais do que

¹⁹ Maingueneau (1998), como Rabatel, liga o AE à não modalização do discurso e ao efeito de objetividade. Constrói uma tipologia de textos objetivantes e

mera forma “mínima” de apagamento enunciativo, a *desinscrição enunciativa* é um modo estratégico de *apagamento* (simulado) do locutor, por desatualização déitica, diverso do apagamento enunciativo por não modalização, ainda que necessariamente imbricados. Acresce, ainda, que os conceitos de Locutor e enunciador, assumidos como fundamentais para a discussão desta problemática, permitem argumentar a favor da manutenção desta distinção terminológica e teórica.

Em termos de estatuto teórico, o apagamento enunciativo é um procedimento discursivo, estratégico, desencadeador de efeitos pragmáticos diversos, sensível, portanto, ao contexto, mas que está previsto na língua.

É por isso que Gilles Philippe (2002)²⁰ retoma a noção de *aparelho formal da enunciação* para propor uma outra, a de *aparelho formal do apagamento enunciativo*, uma possibilidade aberta pela estrutura da língua.²¹ Isto é, à semelhança da proposta de Benveniste relativa a um aparelho formal da enunciação, a língua disporia de um conjunto de categorias ao serviço do apagamento

subjektivantes, a partir das categorias discursivas de dêixis e modalização. São 4 classes de textos:

Embraiado + modalizado = subjetivo

Embraiado + não modalizado = objetivo

Não embraiado + não modalizado = objetivo

Não embraiado + modalizado = subjetivo

A elaboração teórica desenvolvida visa preservar uma distinção cuja ausência o autor critica em Benveniste (Rabatel, 2005: 116): a ausência de marcas déiticas não implica a ausência de subjetivemas (a relação do sujeito com os objetos de discurso).

²⁰ " La désinscription énonciative relève encore de la linguistique de l'énonciation, et cela, à un double titre, celui des *faits de langue* (question de l'appareil formel de l'effacement énonciatif) et celui des *effets de discours* (question du fonctionnement pragmatique des textes sans locuteur) ". (Ph., 2002: 31). É um facto da língua e um efeito do discurso.

²¹ Philippe usa ora a designação de aparelho formal da não-enunciação ora o de aparelho formal de desenunciação. Estas duas designações têm impacto na integração teórica do conceito.

enunciativo, regulando, dessa forma, a implicitação quer da voz do locutor (da sua subjetividade) quer das vozes do discurso em geral.

Parece-me, no entanto, que não devem ser tomados como dois “aparelhos formais” constituídos por categorias exclusivas, mas de um único aparelho formal da enunciação, a ser (re)definido de forma ampla. Como refere Fiorin (2017), citando Possenti, «a língua não contém, ela é um aparelho formal da enunciação». Fiorin explicita, deste modo, a mesma concepção teórica referida já em Fonseca (1992), a de que a enunciação é a trave-mestra da língua. Porque a língua está ao serviço da enunciação.

A gradatividade do processo de apagamento enunciativo e a impossibilidade de uma objetividade absoluta vêm redefinir, como refere Philippe (2002: 31), ainda que numa perspetiva própria, “a questão do funcionamento pragmático dos textos sem locutor”. Põem em evidência que os recursos discursivos identificados como marcas de apagamento enunciativo configuram sempre modos de presença do locutor no discurso, “modos de encenação plural”, num jogo de presença-ausência que é a base de um dinamismo discursivo em equilíbrio instável, segundo as palavras de Vion (1999: 108), mas que é constitutivo dos discursos. Tais movimentos, gerados pela diversidade dos modos de presença do locutor no discurso, constituem uma espécie de “respiração”, o termo é ainda de Vion. É uma *respiração enunciativa* criada por estratégias discursivas que ora mostram ora escondem essas vozes em inter-relação com as dimensões argumentativas, ilocutórias e semânticas dos discursos.

Matizando a posição do autor (Vion, 2005: 153), que a propósito do apagamento enunciativo como estratégia enunciativa, lembra que «Il existe par ailleurs des stratégies énonciatives que les termes de polyphonie, voire de dialogisme montré, ne semble pouvoir couvrir», eu diria que o processo de apagamento enunciativo é ainda uma estratégia de *dialogismo mostrado* mas «inverso», isto é, orientado no sentido de gerar um efeito discursivo de diluição da voz do locutor e da origem das vozes que convoca, mas para dar lugar a outras argumentativamente mais adequadas.

Há a realçar desta síntese que o apagamento enunciativo é um modo de enunciação que condiciona a construção dos sentidos dos discursos, o que lhe confere, portanto, valor argumentativo. Da necessária, mas em si limitada, identificação e análise das marcas específicas de apagamento enunciativo, que ocorrem ao nível micro, ao nível do enunciado, deve alargar-se a análise ao nível macro dos funcionamentos discursivos para, a partir desse contexto global, descrever e explicar os processos de apagamento enunciativo em cada género discursivo e em cada discurso particular, numa relação pendular entre o nível macro e o nível micro, ao serviço de uma coerência dialógica que orienta tais escolhas. Por outras palavras, é preciso articular a questão do AE a funcionamentos linguísticos, discursivos, experienciais e sociais.

Pretende-se, assim, passar da discussão teórica à análise dos discursos, para afirmar a ancoragem discursiva do apagamento enunciativo, isto é, ao nível dos funcionamentos globais do discurso. Com efeito, o apagamento enunciativo não releva de uma estratégia local, ou, pelo menos, mesmo se materializado ao nível local, é necessário ter em conta o funcionamento global que lhe impõe constringões. Não há um empilhamento ou inventário de estratégias de apagamento, mas uma relação em rede que deve ser tomada em consideração.

É no quadro de tais funções discursivas que deve ser testado o seu alcance teórico, a partir, nomeadamente, da descrição de dados e funcionamentos linguístico-discursivos que permitam explorar as implicações do apagamento enunciativo, na construção dos sentidos dos discursos, permitindo a reanálise da subjetividade, de que fala Monte (2005: 41).

Está subjacente à argumentação que venho apresentando, o conceito de configuracionalidade discursiva. Usado por Ricoeur e retomado por Adam (2005), a propósito da definição da unidade complexa *discurso*, a sua configuracionalidade estabelece a necessidade de uma análise que tenha em consideração a inter-relação entre todas as componentes discursivas. Sem prejuízo das implicações de tal globalidade inter-relacional, restrinjo a reflexão

a duas vertentes que considero centrais: por um lado, a relação entre apagamento enunciativo e género de discurso e, por outro, a construção da responsabilidade enunciativa do locutor (L/E) em função do processo de AE.

A seleção assim operada justifica-se pela particular saliência do género na determinação de características do texto/discurso e, no caso vertente, do apagamento enunciativo e das marcas discursivas desse apagamento. A construção da responsabilidade enunciativa do locutor (L/E) tem no processo de AE um recurso discursivo fundamental. A responsabilidade enunciativa implica o posicionamento de L/E face às vozes que convoca, num processo que afeta a coerência dialógica do discurso.

Nestas duas abordagens da construção do apagamento enunciativo, irei centrar-me no conceito de *desinscrição enunciativa* como modo de AE realizado por (des)ancoragem deíctica.

Apagamento enunciativo e responsabilidade enunciativa

No que concerne à organização enunciativa dos discursos, que constitui o ‘lugar geométrico’²² desta reflexão, os modos de presença do locutor no discurso articulam-se com a questão da sua responsabilidade enunciativa. Ou seja, na atividade de gestão e estruturação discursivas, as escolhas feitas pelo locutor (tendo em conta, sempre, as constricções já referidas), quanto à sua presença ou ausência na superfície discursiva, estão ao serviço de estratégias de sentido, nomeadamente argumentativas, que implicam a responsabilidade enunciativa (Marques, 2013), enquanto evidenciam a relação que o locutor estabelece com o objeto do seu dizer e com as vozes que convoca. É esta, aliás, a definição que proponho: “...a responsabilidade enunciativa designa de forma ampla o posicionamento do locutor face às escolhas que realiza, na adequação à situação e aos objetivos discursivos” (Marques, 2013: 144).

²² O termo é de Charaudeau (2012).

O postulado da análise linguística dos discursos subjacente é que “todo o discurso tem um locutor responsável pela sua enunciação e os interlocutores deixam marcas da sua presença no discurso, i.e., marcas das suas atividades discursivas” (Marques, 2013: 145). Pressupondo, portanto, uma conceção dialógica dos discursos, os conceitos de locutor e enunciador, como já foi referido acima, são fundamentais para a análise da construção da *responsabilidade enunciativa*, tal como o são para a questão dos modos de presença das vozes discursivas.

Assim, ter-se-á em conta o conceito de *responsabilidade enunciativa*, que categorizei como *responsabilidade₁* e *responsabilidade₂*:

A *responsabilidade enunciativa₁* é a responsabilidade enunciativa inerente ao facto de o locutor estar na origem da enunciação, do discurso em que participa, enquanto lhe cabem as escolhas e estratégias discursivas, no quadro obviamente regulador do género, dos interlocutores, dos objetivos e do espaço institucional em que se integra. Cabe-lhe (...) gerir o discurso. Nomeadamente, cabe-lhe estruturar o discurso, e determinar que vozes convocar, assim como o lugar e modo de as fazer ouvir. Cabe-lhe ainda, na importante função de referenciação, a escolha do léxico para designar os objetos do discurso.

A *responsabilidade enunciativa₂* está integrada na *responsabilidade enunciativa₁*, que é global e constitutiva. Deriva das relações do locutor com as vozes que traz para o discurso, sejam vozes internas (os enunciadores de Ducrot) sejam vozes externas, trazidas pelo discurso relatado. Face às vozes que traz para o discurso, o locutor escolhe posicionar-se e atenuar ou amplificar a relação de acordo ou desacordo, proximidade ou afastamento, que necessariamente estabelece com elas. Mas é um jogo que não anula a *responsabilidade enunciativa* do locutor. Marques, 2013: 147-148

Estabelecida a dimensão constitutiva da *responsabilidade₁*, é ao nível da *responsabilidade₂* que vou centrar a questão do apagamento

enunciativo²³, para sublinhar que, neste nível, o *apagamento enunciativo* opera uma desresponsabilização enunciativa, mas que a responsabilidade se mantém, contudo, inalterada. Com efeito, esta responsabilidade é linguística, no sentido em que é constitutiva do uso da língua. Esta é uma conceção que diverge do posicionamento assumido por Koren (2006: §1), quando restringe a responsabilidade a uma tomada de posição ética deliberada e explícita²⁴, dificilmente se coordenando com o *apagamento enunciativo*, que caracteriza como «...un comportement discursif d'abstention, de masquage du point de vue et de renoncement à toute forme visible d'interaction langagière».

O apagamento enunciativo do locutor é efetivamente uma simulação, mas Koren deixa de lado o facto de o locutor não poder não assumir a responsabilidade da sua enunciação, mesmo quando o apagamento enunciativo é uma estratégia privilegiada. Por isso, considero também que, quando o locutor se apaga, é importante questionar onde o faz e a quem dá voz por força desse apagamento, e quais os efeitos de sentido que daí advêm, nomeadamente em termos de responsabilidade enunciativa.²⁵

²³ Rabatel (2004a) aborda esta questão a propósito do DR, desenvolvendo o que designa como „tópica enunciativa“. Individualiza três tipos de relação estabelecidos pelo locutor com o seu dizer, ou posturas, que designa como sobre-enunciação, coenunciação e subenunciação: «Les effets pragmatiques qui découlent de l'EE dans les discours citants et cités invitent à proposer des éléments d'une topique énonciative, avec trois postures qui entrent en jeu dans la construction interactionnelle des points de vue» (2004a: 9).

²⁴ «...« Responsabilité » réfère à une prise de position éthique délibérée et explicite» (Koren, 2006 : §1).

²⁵ Rabatel (2006 : §1) sublinha a importância de uma abordagem discursiva « ...dans la mesure où notre démarche s'intéresse à des textes et des discours, et aux interactions qui se nouent autour de l'interprétation des points de vue qui les structurent, nous proposerons de regrouper les contenus propositionnels en fonction de la source énonciative à l'origine de la visée argumentative qui préside aux choix de référencement, à charge également de préciser les relations entre ces énonciateurs et le locuteur qui les met en scène, pour déterminer *qui assume quoi* (Rabatel, 2005: 115).

Mais ainda, no contexto dialógico e, por conseguinte, social em que tem lugar, a responsabilidade enunciativa exerce-se relativamente a valores, tem uma clara vertente axiológica para além da vertente epistémica; o locutor não é apenas o garante de uma verdade é também o responsável por uma ação avaliadora que orienta argumentativamente o seu discurso. Porque se posiciona e articula os pontos de vista, ou seja, as vozes que traz para o discurso, o locutor confere-lhes, por este processo, coerência, e, ao mesmo tempo, argumenta, quando assume, ou recusa, num *continuum* de maior ou menor adesão, a responsabilidade²⁶ de um determinado PDV²⁶. Esta tomada de posição faz-se em tensão enunciativa, isto é, entre explicitação e implicação da voz convocada.

Recorro aos discursos políticos presidenciais para exemplificar os processos de apagamento enunciativo em inter-relação com a construção da responsabilidade enunciativa, tendo em conta os mecanismos que o locutor usa para operar esse apagamento, em função, por sua vez, dos efeitos de sentido que pretende provocar.

Tomo como exemplo um discurso presidencial, uma *Mensagem de apelo ao voto*, feita pelo então Presidente da República Portuguesa Jorge Sampaio, no Palácio de Belém, em 19 de fevereiro de 2005, na véspera de eleições legislativas.²⁷

Todo o discurso se constrói em torno da necessidade de votar. O macroato ilocutório realizado é de apelo (ao voto), a que o locutor chega por um processo de argumentação desenvolvido em modos de dizer que alternam entre um plano de enunciação pessoal e um plano de enunciação “histórico” ou “teórico”, ou seja, de *apagamento enunciativo*. O discurso constrói-se em tensão desde o primeiro enunciado, que é este, “*Amanhã os portugueses são chamados a votar.*” De facto, e em termos do modo de presença do locutor, as

²⁶ Note-se que uso *PDV* e *voz* indistintamente.

²⁷ Este discurso torna-se paradigmático enquanto relaciona a responsabilidade política do Presidente da República com a responsabilidade enunciativa do locutor, uma vez que as eleições decorrem da dissolução da Assembleia da República, num quadro de governo com maioria parlamentar.

escolhas linguísticas orientam-se em duas direções diferentes, pois o apagamento coexiste com um modo de enunciação pessoal, que torna saliente a heterogeneidade dos modos de enunciação. O locutor parte da situação de enunciação, marcada por dêixis temporal, no uso do advérbio *Amanhã*, para operar um apagamento enunciativo na escolha de uma estrutura passiva sem explicitação de agente, que dá saliência ao objeto de discurso e apaga a voz responsável.²⁸ Se este evento, as eleições, é localizado relativamente ao momento da enunciação (amanhã), a nível local ou micro, a argumentação empreendida para realizar o macroato ilocutório diretivo de apelo ao voto desenvolve-se numa estratégia sistemática de apagamento enunciativo ainda que assente em variações gradativas:

Consideremos, a título de exemplo, os excertos seguintes:

- 1) *Em democracia, é o eleitorado quem detém a soberania primeira e é ele a fonte da legitimidade. Ao votar, o eleitorado responsabiliza e responsabiliza-se. (Apelo ao voto)*
- 2) *Sabemos que os próximos tempos continuarão a não ser fáceis. Sabemos que as dificuldades e os desafios só se vencerão com o empenhamento de todos. (Apelo ao voto)*

Os modos de apagamento decorrem de mecanismos diversos com efeitos pragmáticos também diversos. O introdutor de universo de discurso, “Em democracia”, em (1), em conjugação com o uso das formas de presente (genérico) e dos artigos definidos, reenvia a uma voz genérica, uma voz abstrata identificada, contextualmente, com a ideologia democrática, responsável, portanto, por esse PDV expresso. O locutor empenha-se na criação de um mundo discursivo que fala por si só. Dito de outro modo, é o discurso do mundo que se impõe, desresponsabilizando-o, não por desacordo, mas numa estratégia de argumentação que põe em cena uma voz de autoridade. É, essencialmente, um mundo de

²⁸ É a partir do evento referido que pode recuperar-se a constituição portuguesa como a voz na origem deste chamamento.

valores, que o locutor apresenta como conhecimento compartilhado e indiscutível. A força assertiva desta enunciação impessoal não prevê o dissenso.

Situação diferenciada, mas ainda assim de apagamento enunciativo, decorre da presença da forma verbal de plural “sabemos” (ainda que de 1ª pessoa), usada duas vezes em (2). O tópico discursivo é agora a situação de crise do país; e a forma verbal identifica um locutor plural e uma comunidade de que o Presidente da República é porta-voz e na qual os alocutários, os eleitores, se inscrevem. Mais uma vez, é uma comunidade homogênea que é discursivamente representada. A responsabilidade do PDV é, por esta via, grupal. Há um enfraquecimento da responsabilidade enunciativa² diluída no grupo, mais uma vez como estratégia de argumentação. Os juízos avaliativos têm outros responsáveis que não (apenas) o locutor.

As vozes que se fazem ouvir estão para além das circunstâncias da enunciação, identificadas que estão com enunciação de princípios e valores, e com os (eleitores) portugueses. Neste último exemplo analisado, o apagamento enunciativo, por desinscrição enunciativa, promove explicitamente a coesão grupal. A generalização ao grupo torna homogêneo o que na verdade é heterogêneo e até contraditório. O artifício assim conseguido é reforçado pelo valor epistémico de certeza veiculado pelo verbo *saber*, que compromete o alocutário com a verdade – e a responsabilidade - da asserção.

O discurso cria um efeito de evidência, que se estende à naturalização das coisas. E assim o posicionamento do locutor articula-se ao processo de referenciação dos objetos do discurso.

A escolha destes modos diferenciados de apagamento enunciativo, em função do tópico apresentado, traz força argumentativa ao discurso e, simultaneamente, protege a “imagem de presidente” do locutor, marcada pela neutralidade, mas não

pelo distanciamento.²⁹ É explicitamente como cidadão e não como político que se assimila ao grupo.³⁰

O apagamento da voz do locutor, pese embora a presença de alguns subjetivemas, produz um efeito de objetivação do discurso, que serve a construção do posicionamento de neutralidade e imparcialidade pretendido pelo locutor (e previsto por este género do discurso político presidencial).

A *responsabilidade*₂ do locutor é mitigada, enquanto são vozes genéricas e coletivas as responsáveis primeiras pelos PDV veiculados, mesmo se o locutor se assimila a esses pontos de vista, definindo a sua posição.³¹

O reforço da coesão nacional passa, neste discurso, pela construção de um discurso sem adversários, unânime.

Para além de exemplificar modos diversos de apagamento enunciativo, os excertos analisados tornam evidente que os dispositivos linguísticos que mostram os modos de presença das vozes do discurso devem ser analisados em rede, isto é, na identificação e interligação dos recursos linguísticos escolhidos pelo locutor em função dos efeitos de sentido pretendidos. Só assim é possível determinar a coerência dialógica do discurso. Note-se, ainda, que a responsabilidade enunciativa deriva das escolhas realizadas pelo locutor, nomeadamente no que concerne aos seus modos de presença no discurso, como referi antes.

Finalmente, e atendendo à configuracionalidade do discurso, é evidente, que as marcas de apagamento enunciativo no discurso político presidencial em análise são determinadas por todas as

²⁹ Pode ser também um distanciamento empenhado, a que o modo de enunciação pessoal dá suporte. Na verdade, o modo de enunciação pessoal está presente num outro parágrafo, de justificação da convocação antecipada de eleições. Constitui um módulo que não afeta a análise aqui realizada.

³⁰ No que concerne ao locutor, sobressai uma imagem de neutralidade e de autoridade.

³¹ A „prise en charge“ é um conceito que assenta num fenómeno por defeito. Resulta das máximas conversacionais, do princípio de sinceridade (Rabatel & Grossmann, 2007:7). Por isso, não necessita de marcas específicas, ao contrário da não responsabilidade.

componentes discursivas, em particular, pelos tópicos considerados, pelos objetivos argumentativos e ilocutórios locais e globais, pelo quadro espaço-temporal, pelo estatuto dos interlocutores.³²

Mais ainda, este funcionamento reticular das marcas de apagamento enunciativo integra-se num funcionamento enunciativo global, hierarquizado em função dos tópicos discursivos e dos objetivos globais. Regresso ao discurso em análise para considerar o excerto final:

3) Em democracia, todas as crises têm uma solução. A qualidade única das democracias representativas é assentarem a sua legitimidade numa relação de confiança entre os cidadãos e o poder político. Como cidadãos, somos, todos e cada um de nós, os primeiros e os últimos responsáveis pelos destinos da nossa comunidade política nacional. Como cidadãos, temos uma parte de poder e uma parte de responsabilidade que não podemos alienar, quando somos chamados a escolher os nossos representantes.

Portugal está numa encruzilhada. Neste momento, a escolha da melhor forma de responder à crise portuguesa *está nas mãos dos cidadãos. Confio* no sentido de responsabilidade do eleitorado, na sua seriedade, na sua lucidez. Amanhã, *vamos* votar com responsabilidade cívica e confiança na *nossa* democracia e no *nosso* país.

(Apelo ao voto) (itálico e negrito meus)

Repare-se na articulação das vozes, em função dos tópicos em construção, geradora de um movimento argumentativo apoiado por graus de apagamento enunciativo diversos, até à inscrição explícita do locutor. Este percurso concretiza a relação de confiança entre o poder político e os cidadãos, afirmada como princípio democrático e agora transposta para o tempo e espaço de uma democracia particular. A desresponsabilização enunciativa inicial,

³² A organização composicional e, em particular, o plano de texto, determina a ocorrência dos mecanismos deícticos pessoais, em processos de desinscrição ou de inscrição enunciativa (Marques & Ramos, 2015).

por convocação de uma voz genérica, passa por uma situação intermédia de diluição da voz do locutor na voz dos alocutários-eleitores e termina – ou culmina - na responsabilidade enunciativa do locutor agora plenamente assumida, nas marcas deíticas de primeira pessoa.

Assiste-se a uma exposição argumentativamente orientada dos factos discursivos, apoiada numa estratégia de apagamento por desinscrição, que cria efeitos de evidência.³³

Cabe ainda salientar o apagamento enunciativo do destinatário coletivo, desinscrito quer porque nunca convocado de forma direta quer por ausência de atos diretivos fortes (a escolha do termo *apelo* para título da intervenção política está em consonância com toda a estratégia discursiva, de não imposição da vontade do locutor), mas convocado a aderir a um ponto de vista a que o locutor também se assimila, pelo uso da 1ª pessoa do plural.

A inter-relação com a responsabilidade enunciativa impõe, portanto, que se recoloque a análise e explicação do *apagamento enunciativo* no nível macro do funcionamento discursivo. Porque permite explicar opções de maior ou menor apagamento, explicar escolhas e hierarquias, em função dos objetivos ilocutório-argumentativos globais visados pelo locutor.

A respiração enunciativa, de que falava acima, materializa-se neste jogo de apagamento enunciativo que, na verdade, apaga mostrando, em graus diversos, diferentes vozes discursivas ao serviço da coerência dialógica pretendida. O locutor escolhe inscrever-se – e desinscrever-se – de diferentes modos, em função dos tópicos e dos objetivos pretendidos. Estes movimentos não são, pois, aleatórios.

³³ Segundo Rabatel (2004b : §58), «...les énoncés qui effacent l'origine énonciative du locuteur comportent des contenus plus directement acceptables pour le co-énonciateur que ceux qui passent par la médiation du locuteur-énonciateur ». O trabalho interpretativo que implicam incrementa, na opinião do autor, a aceitabilidade dos argumentos propostos.

Apagamento enunciativo e género discursivo

De acordo com a função determinante que o género discursivo tem nas características dos discursos empíricos, não é possível abstrair da sua importância³⁴ na descrição e explicação quer das marcas linguísticas de apagamento quer dos efeitos pragmáticos desses modos de apagamento enunciativo, enquanto pressupõem um conjunto de escolhas do locutor, no quadro de um grupo social e linguístico.

Se o AE tem a ver com constrações genéricas, então faz parte do estilo de género (Bakhtine). Esta condição torna o apagamento enunciativo um procedimento discursivo regulado pelo género, o que implica considerar os modos como a subjetividade se constrói nos discursos e sobretudo *que subjetividade aí se constrói*. De facto, as marcas de apagamento enunciativo são marcas reguladas, contextualmente determinadas e, por isso, produzem efeitos diversos de sentido. Por outras palavras, os efeitos de sentido, ou efeitos discursivo-pragmáticos, ganham saliência em função deste enquadramento.³⁵

O conceito de *desinscrição enunciativa* permite abordar e clarificar os modos de apagamento enunciativo que tenho vindo a considerar, enquanto gera efeitos pragmáticos diversos, se se trata de um ou outro tipo de discurso, se se trata, por exemplo, de discurso científico ou de discurso jornalístico. Em ambos os casos, é a questão da objetividade, ou melhor, do discurso objetivado, que sustenta a discussão em torno da questão, ainda que o tom global objetivante não seja o único efeito conseguido, pois os discursos são heterogéneos, sistematicamente marcados por uma instabilidade enunciativa.

³⁴A estas implicações se refere Moirand (2000), que assenta a distinção, agora no discurso jornalístico, entre géneros informativos e géneros de opinião, em procedimentos de apagamento enunciativo.

³⁵ “Comme lui [Rabatel], nous pensons que l’effacement énonciatif demande des descriptions fines de données textuelles (2004 : 12).” (Adam & Lugin 2006).

É neste contexto que a atenção à dêixis pessoal ganha saliência, em particular no que concerne ao uso de 1ª pessoa do singular, de 1ª pessoa do plural ou de um maior apagamento enunciativo no recurso ao clítico *se*. É a partir deste último marcador deítico que irei relacionar apagamento enunciativo e género de discurso, para mostrar como o mesmo mecanismo de AE, de *desinscrição enunciativa*, produz efeitos de sentido diversos. Esta é uma questão central enquanto aponta a necessidade de considerar o contexto para identificar as instruções de sentido que as marcas de AE veiculam. Selecionei, exemplos de géneros do discurso político presidencial, do discurso científico e do discurso jornalístico.³⁶ São géneros discursivos com especificidades muito marcadas no que concerne aos modos de presença do locutor no seu discurso e, particularmente, aos modos de apagamento enunciativo, por desinscrição.

a) O artigo científico: desinscrição e universalidade

O discurso científico é prototipicamente um lugar de apagamento enunciativo. No artigo científico, em particular, é a verdade objetiva, independentemente do locutor, que é expectável (Provenzano, 2010: §6); numa perspetiva do dialogismo discursivo, é a voz da verdade que se espera ouvir. Este é um estereótipo que assenta na conceção de transparência dos discursos e do discurso científico em particular, constituído apenas por factos científicos.

Assim, todas as escolhas discursivas se orientam para a construção de um discurso objetivo, ou melhor dito, objetivante, e as estratégias usadas passam, nomeadamente, pela desinscrição enunciativa do locutor. A (des)inscrição do locutor no discurso científico tem por base o seu estatuto de locutor integrado numa

³⁶ Aproximo-me, assim, de Vion (2001: 334-335), o qual aponta, a propósito do discurso científico e jornalístico, “le caractère stratégique que revêt l’usage de tels procédés [EE], qui visent à construire un énonciateur “universel” [...] porteur de la raison et de l’objectivité”.

comunidade científica. É também em termos de características do género que se explica que a desinscrição enunciativa nunca ocorra como estratégia de apagamento da origem das vozes trazidas em discurso relatado. Se nos discursos científicos se discute os modos de presença do locutor, e especificamente do seu apagamento, não é possível apagar o locutor citado (ainda que a integração sintática proporcione diferentes modos de apagamento do discurso citado).

Deixando de lado a discussão sobre o deítico pessoal prototípico deste género, entre a 1ª pessoa de singular ou plural³⁷ (Ramos & Marques, 2015), centramo-nos no uso do clítico *se* como opção generalizada.³⁸ O primeiro efeito produzido é o de apagamento da origem da voz. Este apagamento não cria um vazio, antes dá lugar a um “enunciador universal” (Vion, 2001). Nos exemplos seguintes, a voz do locutor apaga-se em função de uma voz genérica identificada com a comunidade científica, ou mesmo, com a voz da ciência:

(3) Como *se* conclui, os comentários com apreciação negativa de uma dada dimensão das aulas observadas ativam regularmente um desenvolvimento discursivo complexo. (Duarte & Rodrigues, 2016: 84)

(4) ...levanta-*se* a questão da origem etimológica dos morfemas *wh* numa língua como o português, bem como a da diversidade de valores das subordinadas relativas. (Brito & Matos, 2018: 45)

O clítico *se*, quer como pronome indeterminado quer como marca de estrutura passiva (Peres & Mória, 1995: 234), tem um valor prototípico genérico, respondendo à pretensão de “verdade universal” própria do discurso científico, a par, é claro, de outros efeitos discursivos que não vou considerar. O locutor apaga-se para

³⁷ É sobretudo o uso da forma de plural que mais tem sido investigado, tendo em conta a plasticidade de *nós*, que integra o locutor – e o desinscreve – em diferentes grupos, a comunidade científica, os leitores.

³⁸ De facto, não se trata de uma oposição antagónica, monolítica, mas de usos preferenciais.

dar lugar a uma voz genérica, identificada como a voz da ciência, ou mais precisamente, da comunidade científica em que o locutor se integra.

b) A notícia de jornal: desinscrição e fiabilidade da voz trazida para o discurso

No discurso jornalístico de informação, a desinscrição do locutor é sistemática.³⁹ Este modo de enunciação faz sobressair a “verdade dos factos”, que fariam por si. O mesmo não se passa com as vozes que o locutor traz para o discurso. De facto, o apagamento da origem da voz relatada é expectável apenas como proteção da fonte de informação. Fora desta constrição de género, usar o clítico *se* para apagar a origem do PDV, é escolher, por «certas razões», inscrever o ato de enunciação no modo da «não pessoa», o que lhe atribui desde logo um valor indeterminado, vago, que relativiza (ou põe em causa) a fiabilidade do conteúdo enunciado, por implicação de “fontes não identificadas”, cuja autenticidade o locutor não assume:

(6) Quanto ao caso Autodril, *diz-se* que o Governo arranhou maneira de «tornear» a recusa de visto ao acto da Câmara Municipal de Cascais e que, ao transferir as obras para uma sociedade com participação pública, está a fazer o mesmo que o Governo anterior, que recorria a sociedades comerciais para colocar fora do controlo do Tribunal de Contas muitos actos de gestão financeira pública. (CETEMpúblico)

(7) Em Montalegre, *diz-se* que todos os meses entram 20 mil contos numa conta que o emigrante possui num banco da terra. (CETEMpúblico)

³⁹ Permite, aliás, em conexão com outras formas de apagamento enunciativo, distinguir as duas categorias maiores do discurso jornalístico: o discurso de informação e o discurso de opinião.

Em rotura com as características do género, é uma voz com crédito reduzido, que aproxima a notícia de um outro género discursivo, o rumor.

Longe da criação de um efeito de objetividade, esta forma linguística de apagamento enunciativo cria zonas de vagueza referencial que retiram credibilidade ao locutor e ao conteúdo do seu dizer.

c) Discurso presidencial: apagamento enunciativo e atenuação da força ilocutória

O discurso político, ao contrário dos discursos científico e jornalístico (de informação) não tem no apagamento enunciativo um procedimento discursivo caracterizador dos géneros que o integram. Tal não significa que não ocorra e não desencadeie efeitos de sentido particulares, nomeadamente pelo confronto com a presença explícita do locutor.

O discurso político presidencial é determinado pelo estatuto político do locutor no quadro do regime político português vigente. Como reivindicava o Presidente português, Mário Soares, no último discurso que proferiu, em 1996, na celebração da revolução do 25 de Abril de 1974, “o Presidente da República [...] é o garante da unidade nacional e do regular funcionamento das instituições”, e, acrescento, cabe-lhe assegurar a salvaguarda desses desígnios constitucionais sem criar divisões entre os portugueses. Assim, o apagamento enunciativo permite preservar esse entendimento institucional. No exemplo seguinte, do Presidente Ramalho Eanes, a escolha de uma enunciação impessoal assegura esse efeito de sentido:

(8) Um exame atento das soluções propostas pelos vários partidos delimita plataformas programáticas que suscitam entendimentos e prometem garantias de uma sólida base social de apoio às medidas de salvação nacional que *se* reclamam. (Ramalho Eanes, celebração da revolução do 25 de Abril de 1974, 1977)

Este modo de apagamento serve o estatuto institucional de Presidente da República. Não podendo afirmar-se contra as instituições e, nomeadamente, o Governo, sem criar tensões mais ou menos graves, é através do apagamento enunciativo que universaliza o seu discurso, apagando ou pelo menos atenuando a origem pessoal do PDV veiculado. É uma estratégia de evitamento de conflitualidade, mas também de reforço da sua voz, pela identificação com a voz da comunidade que representa. O apagamento enunciativo cria um efeito de verdade e de imparcialidade, que credibiliza o locutor.

O evitamento da conflitualidade passa também pelo AE do alocutário, destinatário de um ato ameaçador da face (FTA). Por isso, o AE serve, neste caso, uma estratégia de impessoalização e eufemização do conteúdo do PDV de que o locutor se distancia pelo recurso a estruturas sintáticas como a negação a que o clítico se agrega:

(9) Não *se* pode ser democrata nesta Assembleia e fomentar lá fora a agitação e o desrespeito das leis. [...]. Não *se* pode violar lá fora os preceitos que aqui *se* votam. (Ramalho Eanes, celebração da revolução do 25 de Abril de 1974, 1977)

Neste exemplo, o contexto sociopolítico ativa a recuperação da origem do PDV representado. A generalização assim obtida mitiga a expressão da relação de tensão política entre o Presidente e o partido comunista português.

Conclusão

Para terminar, retomo três dimensões da problemática do *apagamento enunciativo* que balizaram esta apresentação teórica.

a. O apagamento enunciativo como modo de presença do locutor e das vozes que traz para o discurso

Os modos de presença do locutor (L/E) no discurso são plurais e heterogêneos e têm implicação na construção da subjetividade.

Assente a questão da subjetividade generalizada dos discursos e a impossibilidade de objetividade absoluta, o Apagamento Enunciativo é ainda uma forma de presença do locutor e das vozes que traz para o discurso. A definição do AE como simulacro mostra que se trata efetivamente de um apagamento discursivo do locutor, isto é, apagamento da superfície discursiva, por recurso a diferentes dispositivos linguísticos. Não é ausência de uma voz, é antes a possibilidade de construção de outras vozes com efeitos de sentido complexos, argumentativos, éticos ou interacionais, determinados pelo género de discurso, pelo contexto em que ocorrem.

Fica, também, clara a centralidade do *apagamento enunciativo* na construção dos sentidos globais dos discursos. Em termos da sua pertinência teórica, o AE ganha em ser abordado no quadro alargado da construção discursiva, como fenómeno discursivo que atua ao nível macro do discurso, em inter-relação com outros fenómenos enunciativos, semânticos e ilocutório-argumentativos, mas que está também previsto na língua.

A análise a partir do nível macro ao nível micro, e vice-versa, coloca a questão do apagamento enunciativo segundo o lugar em que ocorre e por que razão aí ocorre, ou, de outro modo, dada a diversidade das vozes e dos modos de apagamento enunciativo, que vozes emergem no discurso e como emergem.

b. A observabilidade das vozes no discurso. Marcas de apagamento enunciativo

Chega-se, assim, à observabilidade do apagamento enunciativo no discurso. O AE é uma simulação que deixa marcas no discurso. Os mecanismos e modos de apagamento enunciativo são a expressão multiforme da “objetividade” simulada. Explorando as particularidades do AE ao nível global, em interação com outras vertentes da organização enunciativa dos discursos, como a responsabilidade enunciativa do locutor, sobressai a dimensão reticular das marcas de apagamento enunciativo. Cria-se em cada discurso, um padrão global que assegura a coerência dialógica, ainda que em equilíbrio instável de vozes que ora sobressaem ora se apagam dando lugar sempre a outras vozes.

Importa, pois, fazer dialogar as vozes do discurso umas com as outras e com todas as vertentes da construção discursiva, não as tomando isoladamente, apenas na sua singularidade.

c. Marcas de apagamento enunciativo e estilo de género.

O AE faz parte dos parâmetros de género. As marcas e modos de apagamento são determinados pelo género de discurso, são, por isso, “marcadores de género”. Mas o AE é estratégico, não obedece a meras constrações genéricas. O aparente paradoxo tem solução na perspetiva teórica de um sujeito capaz de realizar escolhas, num quadro discursivo regulado. Por isso o género é responsável por especificidades de sentido geradas em contexto. O apagamento enunciativo é uma estratégia a que o género discursivo não é alheio. O apagamento enunciativo é um modo de presença do locutor no seu discurso, simultaneamente condicionado e condicionador de uma atividade discursiva global. O locutor encena o apagamento das vozes não de forma aleatória, não de forma atomística, mas em função de finalidades locais e globais ou genéricas que tornam o seu discurso coerente.

Referências

ADAM, J.-M. (2005). **La linguistique textuelle. Introduction à l'analyse textuelle des discours**. Paris : A. Colin

ADAM, J.-M. & LUGRIN, G. (2006). Effacement énonciatif et diffraction co-textuelle de la prise en charge des énoncés dans les hyperstructures journalistiques. **Semen** 22 (acesso: 25 julho 2012). URL : <http://semen.revues.org/4381>

AMOSSY, R. (2000). **L'argumentation dans le discours**. Paris : A. Colin.

ARRIVE, M. (1997). Histoire, discours : retour sur quelques difficultés de lecture. **Linx** 9. Revue des linguistes de l'université Paris X Nanterre.

- AUTHIER-REVUZ, J. (1982). Hétérogénéité montrée et hétérogénéité constitutive: éléments pour une approche de l'autre dans le discours. **DRLAV** 26, 91-151.
- AUTHIER-REVUZ, J. (1984). Hétérogénéité(s) énonciative(s). **Langages** n° 73, 98-111.
- BAKHTINE M./ VOLOCHINOV. (1977). **Le Marxisme et la philosophie du langage**, Paris: Éditions de Minuit.
- BAKHTINE M. (1978). **Esthétique et théorie du roman**, Paris : Gallimard.
- BAKHTINE, M. (1984). **Esthétique de la création verbale**. Paris : Gallimard.
- BENVENISTE, É. (1966). **Problèmes de linguistique générale**I. Tomo I. Paris : Gallimard.
- BENVENISTE, E. (1970). L'appareil formel de l'énonciation, **Langages** 17, pp. 12-18.
- BENVENISTE, E. (1974). **Problèmes de Linguistique Générale**. Tomo II. Paris: Gallimard. (tradução em PB)
- BRÈS, J. (2009). **Approches de l'oral** (Guião para o curso de mestrado em Ciências da Linguagem). <http://asl.univ-montp3.fr/masterRECHERCHE/M1/j.bres/V15.pdf>
- BRES, J. (2017). Dialogisme, éléments pour l'analyse. **Cahiers de l'Acedle** 14-2. <http://rdlc.revues.org/1842>.
- BRITO, A. M. & MATOS, G. (2018). Relativas livres e interrogativas parciais: pcomo Óscar Lopes viu algumas destas diferenças". **Linguística: Revista de Estudos Linguísticos da Universidade do Porto**, 29-56.
- CETEM público - <https://www.linguateca.pt/CETEMPublico/>
- CHARAUDEAU, P. (1992). **Grammaire du sens et de l'expression**. Paris: Hachette.
- CHARAUDEAU, P. (2012). Pour une interdisciplinarité focalisée. Réponses aux réactions. **Revue Questions de communication**, n°21. (acesso: 8 de setembro de 2015). <http://www.patrick-charaudeau.com/Pour-une-interdisciplinarite,283.html>
- DUARTE, I. M. & RODRIGUES, S. (2016). Análise pragmática do comentário crítico em relatórios de observação de aulas: contributo

para uma reflexão sobre a profissionalidade docente. **REDIS: Revista de Estudos do Discurso** 6, 70-92.

DUCROT, O. (1984). **Le dire et le dit**. Paris: Minuit.

DUCROT, O. (1989). **Logique, structures, énonciation**, Paris : Éditions de minuit.

DUCROT, O. *et al.* (1980). **Les Mots du Discours**. Paris: Minuit.

FIORIN, J. L. (2017). Uma teoria da enunciação: Benveniste e Greimas. **Gragoatá**, 22 (44), 970-985.

<https://doi.org/10.22409/gragoata.v22i44.33544>

FONSECA, J. (1992). **Linguística e Texto / Discurso. Teoria, Descrição, Aplicação**. Lisboa: Instituto de Cultura e Língua Portuguesa.

GUILBERT, T. (2015). Autorité et évidence discursives. Autovalidation dans les éditoriaux et chroniques du Point, **Mots. Le langage du Politique** 107, p. 85-99

<https://www.parlamento.pt/DAR/Paginas/DAR1Serie.aspx>

KERBRAT-ORECCHIONI, C. (1980). **Énonciation. De la subjectivité dans le langage**. Paris : A. Colin.

KOREN, R. (2006). La responsabilité des Uns dans le regard des Autres : l'effacement énonciatif au prisme de la prise de position argumentative. **Semen** 22. URL : <http://semen.revues.org/2820>

MAINGUENEAU, D. (1998). **Analyser les textes de communication**. Paris: Nathan.

MAINGUENEAU, D. (2015). **Manuel de linguistique pour le texte littéraire** (3^a ed). Paris : Armand Colin.

MARQUES, M. A. (2013). Construir a responsabilidade enunciativa no discurso jornalístico. **REDIS: Revista de Estudos do Discurso**, 2, 139-165.

MARQUES, M. A. (2014). Palavra de Presidente: construção da autoridade nos discursos de Abril. **forma breve**, 11, 297-311.

MARQUES, M. A. & RAMOS, R. (2015). Marcas deíticas da presença do locutor no discurso científico. Dissertações de mestrado apresentados na Universidade do Minho. **REDIS: Revista de Estudos do Discurso**, 4, 144-168. <http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/12760.pdf>

- MOIRAND, S. (2000). Variations discursives dans deux situations contrastées de la presse ordinaire. **Les Carnets du Cediscor** 6. <https://doi.org/10.4000/cediscor.337>
- MONTE, M. (2005). Effacement énonciatif et discours rapportés. *Langages*, n° 156, décembre 2004. Coordonné par Alain Rabatel. Compte rendu critique de lecture. **Marges linguistiques** n° 9, 41-42.
- PERES, J. & MÓIA, T. (1995). **Áreas críticas da Língua portuguesa**. Lisboa: Caminho.
- PHILIPPE, G. (2002). L'appareil formel de l'effacement énonciatif et la pragmatique des textes sans locuteur. In R. Amossy (ed), **Pragmatique et analyse des textes** (pp. 17-34). Universidade de Tel-Aviv / Departamento de Francês.
- PROVENZANO, F. (2010). Effacement énonciatif et *doxa* dans le discours théorique: l'exemple de Julia Kristeva. **Argumentation et Analyse du Discours**, 5 (mis en ligne le 20 octobre 2010). (Consulté le 14 février 2016). URL : <http://aad.revues.org/973> ; DOI : 10.4000/aad.973.
- RABATEL, A., 2003, L'effacement énonciatif dans les discours représentés et ses effets pragmatiques de sous-énonciation et de sur-énonciation. **Estudios de lengua y literatura francesas**, p. 33-61.
- RABATEL A. (2004a). L'effacement énonciatif dans les discours rapportés et ses effets pragmatiques. **Langages** 156, 3-17.
- RABATEL, A. (2004b). Effacement énonciatif et effets argumentatifs indirects dans l'incipit du *Mort qu'il faut* de Semprun. **Semen** 17. URL : <http://journals.openedition.org/semen/2334>
- RABATEL A. (2004c). Stratégies d'effacement énonciatif et posture de surénonciation dans le *Dictionnaire philosophique* de Comte Sponville. **Langages** 156, 18-33.
- Rabatel, A. (2005). La part de l'énonciateur dans la co-construction interactionnelle des points de vue. **Marges Linguistiques** 9, 115-136. [ffhalshs-00433337f](https://doi.org/10.4000/margelinguistiques.00433337f)
- RABATEL, A., (2006). La dialogisation au cœur du couple polyphonie/dialogisme chez Bakhtine. **Revue Romane**, John Benjamins Publishing, 2006, 41 (1), pp.55-80.

- RABATEL, A. (2012). Les relations Locuteur/Énonciateur au prisme de la notion de voix. *Arts et Savoirs*. <https://doi.org/10.4000/aes.510>
- RABATEL, A. (2013). Les apports de l'analyse des discours médiatiques: de l'interprétation des données à la critique des pratiques discursives et sociales. *Dacoromania* 1, serie nouă, XVIII, 35–50.
- RABATEL, A. (2019). Énonciateurs Premiers, Seconds, Points de Vue, Modalité et Intentionnalité aux Défis de l'Interprétation. *Recherches en Langue et Littérature Françaises* Vol. 13, N° 23: 165-188
- RABATEL, A. & CHAUVIN-VILLENNO, A. (2006). **La question de la responsabilité dans l'écriture de presse**. *Sémen* 22, 5-27.
- RABATEL, A. & GROSSMANN, F. (2007). Figures de l'auteur et hiérarchisation énonciative. *Lidil* 35, DOI: <https://doi.org/10.4000/lidil.2153>
- RAMALHO EANES, A. **Discurso de celebração da revolução do 25 de Abril de 74**, realizado na Assembleia da República Portuguesa, em 1977.
- SAMPAIO, J. **Mensagem de Apelo ao voto**. Discurso proferido na televisão, em 19 de fevereiro de 2005. <https://jorgesampaio.arquivo.presidencia.pt/pt/noticias/noticias/discursos-1208.html>
- VION R. (1999). Pour une approche relationnelle des interactions verbales et des discours. *Langage et Société* 87, 95-114.
- VION R. (2001). Effacement énonciatif et stratégies discursives. In A. Joly & M. de Mattia (éd.), **De la syntaxe à la narratologie énonciative. Textes recueillis en Hommage à René Rivara**, Paris : Ophrys, 331-354.
- VION R. (2004). Modalités, modalisations et discours représentés, *Langages* 156, 96-110.
- VION R. (2005). Modalités, modalisations, interaction et dialogisme, in Bres J. et al. (éd.), **Dialogisme, polyphonie: approches linguistiques**, Louvain-la-Neuve: De Boeck Duculot, 143-156.
- VION, R. (2007). Modus, modalité, modalisation. *Línguas & Letras* v. 8 n° 15: 193-224